

TERRITÓRIO E ESPAÇOS SOCIO-OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL

ABSC; HHCS – PPGSSS/UFAM

anabeatriz.ufam@gmail.com ; hhelena@ufam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho quer por meio de revisão bibliográfica, documental e base cartográfica que se insere no eixo 5 – Renovação das Políticas Territoriais do III Simpósio Nacional de Geografia Política no âmbito da pesquisa a apreender a configuração teórica da geopolítica no âmbito dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social localizados na bacia hidrográfica do igarapé do Educandos, considerando a bacia hidrográfica uma ferramenta que permite avaliar de forma integrada os elementos e fatores físico-bióticos e socioeconômicos na dinâmica da totalidade social para análise das expressões da Questão Social e heurísticamente aproximar a prática profissional do Serviço Social à dimensão ambiental do espaço cotidiano das populações usuárias dos serviços sociais.

Palavras chaves: território; espaço sócio-ocupacional; serviço social; resiliência, sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um desdobramento da pesquisa “O ambiente como expressão da questão social e de intervenção do Serviço Social: Sustentabilidade, Resiliência e Instrumentalidade na cidade de Manaus/AM”, em curso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia na Universidade Federal do Amazonas – PPGSS/UFAM.

A referida pesquisa tem seu *locus* delimitado na Bacia Hidrográfica do Igarapé do Educandos – BH Educandos na cidade de Manaus – Amazonas. A escolha da Bacia Hidrográfica como unidade de pesquisa foi delimitada a partir dos seguintes critérios: (i) trata-se de uma ferramenta de planejamento, que permite avaliar de forma integrada os elementos e fatores físico-bióticos e socioeconômicos na dinâmica da totalidade social; (ii) pode também ser uma ferramenta de análise das expressões da Questão Social e (iii) heurísticamente aproximar a prática profissional do Serviço Social à dimensão sócio-ambiental do espaço cotidiano das populações usuárias dos serviços sociais.

Neste contexto o objetivo deste trabalho é apreender a configuração teórica da geopolítica desse território no âmbito dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, apoiado em uma revisão bibliográfica, documental e cartográfica acerca da configuração do território da Bacia Hidrográfica do Igarapé do Educandos – BH Educandos, e dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social para aprofundar a forma e o conteúdo das categorias analíticas da pesquisa: sustentabilidade, resiliência e instrumentalidade.

Para o alcance dos objetivos da pesquisa argumentativa procedeu-se com a crítica analítica do material compilado a partir da pesquisa bibliográfica e documental, cuja análise foi delineada na perspectiva crítico analítica do materialismo histórico dialético onde buscou-se apreender a processualidade de totalidade do conteúdo do núcleo central deste trabalho, a partir do desvelamento de suas mediações e contradições internas fundamentais; como será expresso no referencial teórico que é decorrente dos conceitos das categorias chaves da pesquisa bibliográfica.

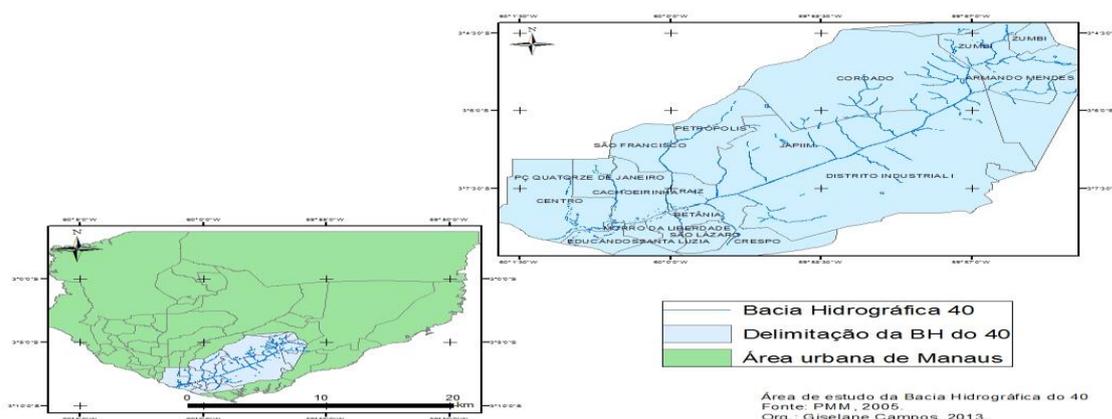
Concomitante desenvolveu-se por intermédio da pesquisa documental, a construção do cenário acerca da área de abrangência e apoiada no georeferenciamento elaborado por geógrafa construiu-se um mapa do *locus* da pesquisa situando no mesmo os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.

Referencial Teórico

Território: A Bacia Hidrográfica do Igarapé do Educandos na cidade de Manaus/AM: breve contextualização

A Bacia Hidrográfica do Educandos encontra-se localizada na porção sudeste da cidade de Manaus, em um território de 44,87km², é composta por dezenove bairros e 80% da área do Distrito Industrial de Manaus e apresenta características antrópicas bem acentuadas, com um adensamento populacional na ordem de 21% do contingente populacional do município (CENSO/2010), em decorrência dos processos sócio-econômicos e político-culturais que o território vem recebendo desde meados do século XX. (RIMA – PROSAMIM, 2004).

Mapa de Localização



Fonte: Georeferenciamento da pesquisa “O ambiente como expressão da questão social e de intervenção do Serviço Social: Sustentabilidade, Resiliência e Instrumentalidade na cidade de Manaus/AM. PPGSS/UFAM.

FOZ DO IGARAPÉ DO QUARENTA – Abril 1012



Fonte: Pesquisadora ABSC

Em meados dos anos vinte, do século passado, quando por ocasião da retração econômica ocasionada pela entrada dos produtos asiáticos no mercado internacional e o conseqüente declínio do ciclo econômico da borracha, uma massa de desempregados foi contingenciada, em função da ausência de áreas residências disponíveis na periferia do centro da cidade, a se concentrar as margens dos igarapés, no entorno do porto flutuante e do mercado Adolpho Lisboa, quando então, as palafitas passaram a compor a paisagem urbana da cidade, constituindo o fenômeno social que posteriormente ficou conhecido como “cidade flutuante”, extinta por ação governamental em 1965.

Também em meados do século XX, formou-se o bairro dos Educandos na foz do Igarapé do mesmo nome com o Rio Negro, contra a correnteza das águas,

passou a ser o ponto de partida, para a ocupação território da referida bacia até a montante, ou seja, até a sua cabeceira, onde nasce o curso d'água que da origem a formação da referida bacia (RIMA – PROSAMIM, 2004; IMPLAN, 1995).

Desde então a Bacia Hidrográfica Educandos passou a ter seu espaço territorial ocupado. Neste caso, se propugna uma compreensão relacional e processual do território, considerando-o como enraizamento, ligação social do homem com a natureza terrestre e como produto de contradições das relações sociais. (SAQUET, 2010:58).

Imbricado neste contexto geográfico, humano e social, o Serviço Social passa a fazer parte dessa compreensão relacional e processual de ocupação do território, quando então nos idos dos anos trinta e quarenta, com o desenvolvimento das grandes instituições sociais no período do Estado Novo (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988:255; 256), é implantado no território, o Educandário Gustavo Capanema, para abrigar e educar filhos saudáveis de pais hansenianos, mantido pela Sociedade Eunice Weaver de Manaus fundada em 1932.

A Zona Franca de Manaus - ZFM, criada em 1957, é oriunda de Projeto de Lei de 1951 do deputado Francisco Pereira; foi regulamentada em 1960; e implementada em 1967 para promover o desenvolvimento no interior da Amazônia, enquanto estratégia governamental de desenvolvimento, transferindo o centro de gravidade da economia do Estado e da Amazônia, do interior para Manaus, (BATISTA, 2007:350) que a partir de então passou a receber um forte fluxo migratório gerando demandas de políticas públicas de diversas naturezas, nem sempre atendidas pelas instâncias governamentais, fazendo com que a população buscasse suas próprias alternativas especialmente no que diz respeito à questão da ocupação territorial. Em relação a essa afirmação encontra-se no Estudo de Avaliação Ambiental Estratégica (2004) encontra-se a seguinte assertiva de SALAZAR (1992) acerca desta questão:

“(...) o movimento migratório, também sem precedentes, imprimiu à cidade um crescimento desordenado, cujo traçado irregular deve-se, principalmente, aos assentamentos improvisados. Nesse sentido, às demandas populacionais por serviços de infra-estrutura básica, água, esgoto, pavimentação, iluminação elétrica etc. não há resposta imediata”.

Para Djalma Batista (2007:348; 349), outro aspecto positivo da Zona Franca foi a criação de um distrito industrial em uma área de 16 km² do território leste da

cidade, onde foi implantada uma infra-estrutura básica para a instalação de empresas que adquiram terrenos ao preço de Cr\$ 3,0 para nele se instalarem.

Ao analisar o aumento espantoso do número de empresas em atividade em Manaus, em decorrência da implantação da Zona Franca, Batista(2007:346; 347) elabora uma gradação de (i) máximo quanto a casas comerciais, cujo número a Junta Comercial não tem condição de indicar; (ii) moderado de empresas industriais, a partir de um levantamento no Anuário de 1974 da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA indica que 138 “Projetos Industriais” aprovados 97 haviam sido implantados criando teoricamente 26.460 empregos perfazendo um investimento total de Cr\$ 2.229.081.143,54.

Analisando o interstício de quase dezesseis anos entre a proposição e a implementação do modelo Zona Franca, José e Marcelo Seráfico, 2005:105, apresentam uma percepção diferenciada de Djalma Batista (2007) e contextualizam a ZFM no bojo da Operação Amazônia como forma sintética da articulação entre a “ordem mundial”, “a ordem nacional” e a “ordem regional”, ou em termos mais objetivos, a Zona Franca de Manaus é que:

(...) resolve no plano nacional, o modo por meio do qual ocorreria a regionalização do desenvolvimento capitalista. Isto é a Operação Amazônia compatibiliza o discurso nacionalista do militarismo com as reivindicações acerca do desenvolvimento regional da Amazônia e com o processo de transnacionalização do capital (SERÁFICO, 2005:100).

Estão postas as bases geopolíticas preliminares para a compreensão relacional do espaço e do território da Bacia Hidrográfica do Educandos.

O Distrito Industrial de Manaus teve 80% de sua área geográfica, como denomina Milton Santos citado por CARDOSO (2007:40) “território utilizado” delimitada na Bacia Hidrográfica Educandos o que acelerou e fez emergir, no seu entorno e na cidade de Manaus, um mosaico das expressões da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista, (Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS(1996) além da dimensão socioeconômica é exposta pela degradação ambiental da ocupação urbana desordenada do território, especialmente nas margens dos igarapés, cuja paisagem ficou cristalizada pelas casas palafitas, originalmente vinculada à cidade flutuante.

A afirmação de Paul Singer, (2002: 97) acerca dos desafios enfrentados pelas grandes cidades brasileiras, são rebatimentos das mudanças pelas qual a economia mundial tem passado, portando em Manaus, a terceira revolução industrial, a voga do neoliberalismo e globalização culminou nos anos noventa com a mudança na política econômica, quando o então Presidente da República, promoveu a “abertura do mercado”, alterando a base de arrecadação da Zona Franca, que era fincada em um sistema de incentivos fiscais, circunscrito a uma parte do território da Amazônia.

Com o redesenho nos anos noventa do modelo, nos molde neoliberal atualmente implementado como Pólo Industrial de Manaus – PIM, em meio ao que SINGER (2002:112) denomina de “processo de centralização global ainda em curso” por intermédio da guerra fiscal, onde recursos públicos são repassados de forma unilateral a empresas multinacionais, as EMNs, aprofundam-se os processos de degradação sócio-ambiental do território.

Na esteira destes processos, desde 2004 a Bacia Hidrográfica do Educandos é objeto de uma ação do governamental denominada de requalificação social ambiental e urbanística da área, chancelada pelo Governo do Amazonas, com o apoio (empréstimo) financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM.

A partir uma análise comparativa dos resultados dos dois últimos Censos Demográficos é possível abstrair algumas considerações. No Censo 2000 a população residente da área era de 342.167 pessoas e representava 24% em relação à população do município de Manaus; por sua vez no Censo 2010 mesmo com um incremento população apontando uma população na ordem 388.434 pessoas a proporção em relação à população geral do município foi menor ficando na ordem de 21%, ou seja, pode-se inferir que a ocupação do território enquanto espaço geográfico encontra-se cristalizado pela ação antrópica.

Espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social

A contribuição de CARDOSO (2007) com relação a tempo e espaço, a partir da obra de Milton Santos, aborda o prisma que se pretende empreender em relação ao espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, considerando os termos dialéticos da relação indissociável entre forma – conteúdo, compreendendo deste modo “o

espaço não é apenas paisagem, mas também a vida que anima” como esclarece a autora.

“Os objetos materiais que formam a paisagem não possuem vida própria. O espaço é esse acúmulo histórico de paisagens e também os conteúdos sociais atribuídos, recriados, destruídos, subordinados pela sociedade ao longo do tempo sobre estas mesmas paisagens. Logo no espaço, o que há são forma e conteúdo (CARDOSO, 2007:36)”.

Outro elemento da qual a análise do espaço, não pode deixar de prescindir trata-se do cotidiano, pois no contexto das determinações fundamentais da cotidianidade, no caso a (i) heterogeneidade; (ii) a imediatividade e a (iii) superficialidade extensiva, como espaço (forma e conteúdo) de produção e reprodução social (NETTO, 2010:67).

Na contribuição de SANTOS (1997), o cotidiano é a 5ª dimensão do espaço:

O tempo do cotidiano compartilhado é um plural, o tempo dentro do tempo. Hoje isso não apenas o fato da cidade, mas também do campo. Em termos analíticos, a espacialização chama-se temporalização prática, que não exclui nenhum dos atores, para poder considerar o espaço que conta, isto é o espaço banal, considerando todas as condições do acontecer. Ora o acontecer é banalizado pelo lugar, e nesse sentido se pode dizer que o tempo é determinado pelo espaço (SANTOS, 1997:21).

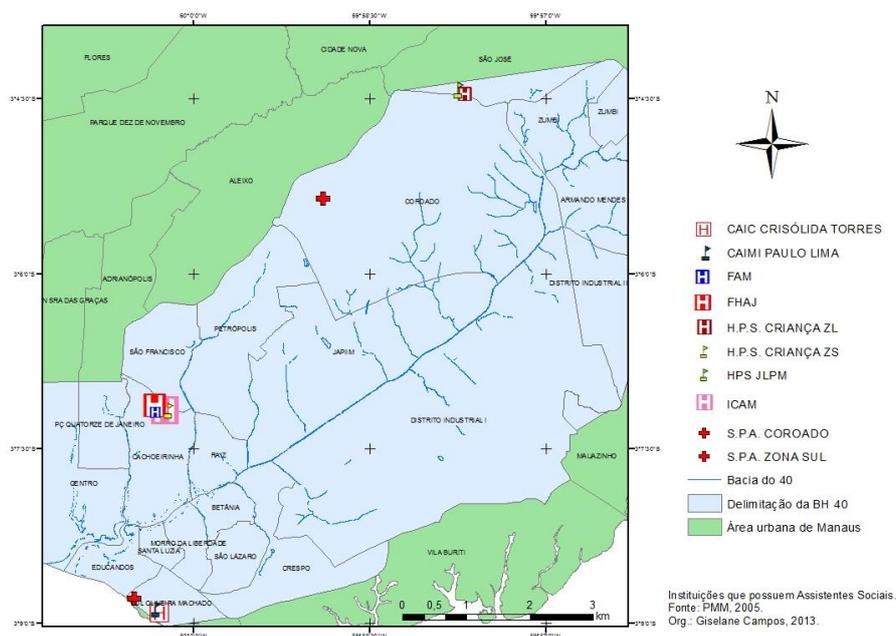
É neste espaço banal, o cotidiano, que se manifestam as expressões da questão social onde o profissional de Serviço Social, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho na sociedade do capital, responde a um conjunto de necessidades desta sociedade que lhe são colocadas através de demandas postas a profissão (GUERRA, 2007), demandas estas postas no bojo do território, neste caso a Bacia Hidrográfica do Educandos, em condições de vida precarizada em decorrência das desigualdades sociais produzidas entre a produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada (IAMAMOTO, 2007:27).

Na obra de SALAMA (2011) encontra-se uma elucidativa explicação acerca da forma e conteúdo de como na atualidade se produzem às desigualdades sociais. Pierre Salama discorre que a crise atual, com efeito, de contágio poderoso é a mais profunda desde os anos trinta, sua hipótese é que o aprofundamento das desigualdades sociais em decorrência da crise não estão enraizadas na “globalização em si”, mas sim nos regimes de crescimento das economias, portanto a saída da crise exige a capacidade de se estabelecer novos regimes de crescimento e indica que paralisar a desregulamentação financeira é a única

possibilidade de ultrapassar de forma estável essa crise. Enfim SALAMA (2011:176) afirma que a solução não pode ser técnica e sim política. É essa crise nos regimes de crescimento na atualidade que dá forma e conteúdo no espaço sócio-ocupacional cotidiano do Serviço Social.

Na pesquisa preliminar para identificar os campos de intervenção do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Educandos, a área da saúde se destaca majoritariamente como campo de trabalho dos profissionais de Serviço Social. Trata-se de uma área conquistada na base da aliança e da luta alinhada à Reforma Sanitária na defesa da universalização das políticas sociais e a garantia dos direitos sociais, CFESS (2010:17).

A implementação da política de saúde tem em seu marco legal a base de uma ação hierarquizada em grau diferenciado e redes de atendimento as demandas de saúde da população, é importante frisar que isso se materializa espaço banal, o mesmo espaço em que os profissionais de Serviço Social se deparam cotidianamente desvelando as expressões da questão social.



Fonte: Georeferenciamento da pesquisa “O ambiente como expressão da questão social e de intervenção do Serviço Social: Sustentabilidade, Resiliência e Instrumentalidade na cidade de Manaus/AM” PPGSS/UFAM.

Essa concepção de “dar liga” ao que estava separado como vetor de investigação da identidade/unidade teoria prática e seus limites e possibilidades, considerando a análise, da dimensão sócio-ambiental no cotidiano profissional das práticas sociais, aponta a necessidade de estudos que discutam e superem a forma

binária tão cara a racionalidade formal-abstrata hegemônica da ordem burguesa vigente (GUERRA, 2007).

A perspectiva de abordagem da prática profissional no Serviço Social, considerando a categoria analítica da resiliência como uma mediação entre sustentabilidade e instrumentalidade é resultado da leitura do artigo de BEGOSSI (2001), onde é abordada a resiliência ecológica nos modos de vida entre as populações caiçaras e as populações ribeirinhas.

Para IAMAMOTO (2008) o serviço social avança em sua trajetória sócio-histórica, quando ousa romper a sua vinculação com o conservadorismo e os muros do estritamente profissional para se lançar, entre outros desafios, na investigação das bases operativas que dão sustentação a profissão.

Reporta-se ainda este projeto de pesquisa ao desafio que esta autora lança, quando discorre acerca do que denominou de *“buracos negros”* no campo teórico metodológico e na revisão do papel do assistente social na sociedade. Acredita-se que as contribuições de Yolanda Guerra e Lucia Freire que embasam entre outras, o referencial teórico desta proposta, são constituintes do processo na ultrapassagem do presente para o futuro do amadurecimento teórico-metodológico instigando *“as relações entre as macroanálises e as microsituações enfrentadas no cotidiano profissional”*. (IAMAMOTO 2008:95).

Considera-se fundamental para os profissionais do Serviço Social, a necessidade de estudos que discutam e superem a forma binária, ou seja, a falsa dicotomia teoria/prática, sendo pois é necessário a profissão continuar rompendo com o conservadorismo, instigada por LUKÁCS (apud IAMAMOTO, 2008:101) ao denunciar *uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita*, ou seja, a prática profissional do assistente social, jamais será *práxis* se for mantido esse dualismo positivista, que só poderá ser continuamente desvelado por intermédio da pesquisa.

Desse modo, pretende-se com esta proposta de trabalho, contribuir para o debate plural acerca dos elementos teórico-metodológico, que envolvem o cotidiano das relações sociais, onde os assistentes sociais, ao desvelarem, a dimensão ambiental, de sua instrumentalidade, no enfrentamento da questão social, estarão ou não, em sintonia com o redimensionamento da prática profissional diante de demandas emergentes da sociedade brasileira nos novos tempos. IAMAMOTO (2007), especialmente no que concerne as diretrizes curriculares que norteiam a formação profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade.

A pertinência da contribuição de CARDOSO (2007) para desvelar os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social corrobora concepção que se imprime a categoria resiliência, no projeto de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia na Universidade Federal do Amazonas PPGSS/UFAM, ou seja, da dinâmica do movimento “o que aproxima/afasta” a sustentabilidade ambiental e a instrumentalidade profissional, para se estabelecer uma conexão categorial que possa identificar a que a “visão de mundo/homem”, a qual o projeto societário e profissional esta vinculado (e não necessariamente comprometido) para indicar qual é a sustentação teórico metodológica ética política no âmbito do processo da instrumentalidade profissional do assistente social.

Em relação à dimensão territorial e social, CARDOSO (2007:40), destaca que no pensamento de Milton Santos há uma clara primazia da divisão do trabalho:

“Milton Santos concebe o trabalho como uma das principais expressões da práxis humana e, neste sentido, um dos conteúdos essenciais a informar o espaço. Em suas palavras o “trabalho e a política” (2001) são os elementos da ação humana que conferem conteúdo à forma material do território, transformando-o em território utilizado”

Pode-se inferir que tanto Pierre Salama quanto Milton Santos apontam para a dimensão política do processo de produção e reprodução social.

Resiliência e Sustentabilidade.

A categoria resiliência, encontra-se neste trabalho heurísticamente relacionada a abordagem apresentada por NETTO (2006), acerca da construção do projeto ético político profissional do serviço social, ao considerar no contexto da experiência histórica que “os projetos societários, constituem estruturas *flexíveis e cambiantes*: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas”. Portanto a sustentabilidade e instrumentalidade na perspectiva do serviço social, são abordadas com o intuito de demonstrar que ambas possuem identidades distintas, porém, não excludentes sendo, portanto, constituídas de resiliência do projeto ético-político profissional do serviço social, contribuindo para desvelar e enfrentar os desafios postos a profissão no século XXI.

Por sua vez a categoria da sustentabilidade é abordada no contexto macroscópico da dinâmica contraditória onde se engendra a prática social, enquanto que instrumentalidade refere-se às microssituações, ao modo, de como a profissão reage às contradições postas diante da prática profissional.

Para fundamentar a questão da sustentabilidade FERREIRA (1998), aponta que a referida questão, não pode ser deslocada do contexto de produção da ordem do capital e dos embates políticos embutidos na correlação de forças na luta pela hegemonia do poder. Para tanto sublinha-se que para o exercício da sustentabilidade faz-se necessário uma ruptura de paradigma com as representações dominantes sobre o desenvolvimento, traduzindo, mais precisamente, a necessidade de ultrapassar a dicotomia instaurada entre natureza e sociedade como meio de conciliar preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico e social.

Assim, sustentabilidade é entendida como *um processo de mudança*, onde a exploração de recursos, a orientação de investimentos, os rumos do desenvolvimento econômico, social e político, bem como, as mudanças institucionais se interagem e estão de acordo com as necessidades das gerações atuais e futuras. (FERREIRA, 1998)

É exatamente no nível do cotidiano, que sustentabilidade ambiental e a instrumentalidade profissional do assistente social se tornam resilientes.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**. 2ª. Edição. Manaus: Editora Valer, 2007.

CEFSS – Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2010.

BEGOSSI, Albina. **Resiliência e populações neotradicionais: os caiçaras (mata atlântica) e os caboclos (Amazônia Brasil)**, in: Diegues, A.C., Moreira, A.C.C. Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo, NUPALB, USP. 2001.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. **“Cartografias de um debate teórico: o “espaço” e o “tempo” na dinâmica urbana do trabalho e da cidade**. In: Trabalho,

Território, Cultura – novos prismas para o debate das políticas públicas / Elaine M.V. Francisco e Carla Cristina L. ALMEIDA, (orgs.). – São Paulo: Cortez. 2007.

CYRINO, Ana Beatriz de Souza. **O ambiente como expressão da questão social e de intervenção do Serviço Social: Sustentabilidade, Resiliência e Instrumentalidade na cidade de Manaus/AM.** Projeto de Pesquisa aprovado em Exame de Qualificação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia na Universidade Federal do Amazonas PPGSS/UFAM. 2012.

FERREIRA, Leila Costa. **A questão ambiental – sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 1998. FREIRE, M. B. Lucia. **O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional.** 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bases de informações por setor censitário: censo demográfico 2000 – Amazonas/Manaus.** Manaus, 2012.

_____. **Bases de informações por setor censitário: censo demográfico 2010 – Amazonas/Manaus.** Manaus, 2012.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** – 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica.** 6. ed. – São Paulo, Cortez [Lima, Peru]: CELATS, 1988.

IAMAMOTO, Marilda. **O debate contemporâneo do serviço social e ética profissional.** In: Bonetti (org. et. al.) Serviço social e ética: convite a uma nova práxis – 9 ed. São Paulo, 2008.

Prefeitura Municipal de Manaus. Instituto Municipal de Planejamento Urbano e Informática - IMPLAN. **Legislação Urbanística – atualização da Lei n. 1214/75 – Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI.** Manaus, 1996.

Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, PROSAMIM. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.** Manaus, 2004.

NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** 8 ed. – São Paulo: Cortez. 2010.

NETTO, Jose Paulo. **A construção do projeto ético político profissional.** In: Mota, Ana Elizabete. (Org.). **Serviço social e saúde – Formação e trabalho profissional.** São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde. 2006.

SALAMA, Pierre. **O desafio das desigualdades América Latina /Ásia: uma comparação econômica**: tradução Wilson F. Menezes – São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

SANTOS, Milton. **A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo**. In: O novo mapa do mundo fim de século e globalização. São Paulo. – 3 ed. – São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1997.

_____, Milton. **O espaço do cidadão**. – 5. Ed. – São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. – 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular. 2010.

SINGER, Paul. **Desafios com que se defrontam as grandes cidades brasileiras**. In: Os desafios da gestão municipal democrática / José Arlindo Soares, Silvio Caccia Bava – organizadores. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

Fontes digitais:

NAKASATO, Nobuo. (Coordenador). **Estudo de Avaliação Ambiental Estratégica do PROSAMIM**. Manaus: 2004.

Fontes eletrônicas:

GUERRA, Yolanda D. **“A instrumentalidade profissional do assistente social”**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, em 2000, foi revisado e atualizado em 2007. Disponível em www.cress-mg.org.br/.../2007.05.19_plenaria5_yolandaguerra.doc – Similares. Acesso em 19 Ago.2012

Gustavo Capanema. Disponível em:

<http://www.cdldata.com.br/noticias.php?idN=798>. Acesso em 02 de jun 2012.

Portal do Governo de Estado do Amazonas. Disponível em:

<http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/dados>. Acesso em 05 de jan 2013.

SERÁFICO, José, SERÁFICO Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o Capitalismo no Brasil. In: Estudos Avançados. v. 19, n. 54, pp 99 – 113, maio-agosto 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/05.pdf>. Acesso em 18 Out. 2012.